

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 Introdução

Tendo como objectivo o cumprimento legal, nomeadamente o Decreto – Lei n.º 54-A/99, Lei n.º 42/98 e Lei n.º 169/99, apresentamos à apreciação e votação da Câmara e Assembleia Municipal os documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2006.

Assumindo claramente as nossas responsabilidades pelos resultados económicos e financeiros obtidos, fruto das nossas opções e estratégias políticas, podemos afirmar que foram respeitadas as prioridades estabelecidas em Plano de Actividades e Orçamento, geridas e conciliadas sensatamente com um plano de amortização de dívida previamente negociado.

Esta opção determinou um controlo permanente e sistemático sobre o ritmo dos investimentos e as despesas de funcionamento, não deixando contudo de privilegiar a vertente social e educacional, consubstanciada nos elevados custos correntes e na realização do maior empreendimento do Município, a construção do Pavilhão Gimnodesportivo.

Durante o ano 2006 demos um contributo significativo de desenvolvimento ao nível das acessibilidades, tendo-se procedido em parceria com a Associação de Municípios do Vale do Távora à consolidação da malha viária intermunicipal colmatando-se assim também algumas lacunas rodoviárias do Município.

O ano 2006 foi caracterizado ainda pela integração no novo sistema intermunicipal de abastecimento de água e saneamento básico através da Empresa Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estamos perante uma nova realidade sócio-económica, que representa um elevado esforço financeiro para o Município, cujos encargos oneram já o erário Municipal e são susceptíveis de alguma recuperação apenas a médio longo prazo.

No ano 2006 fomos sujeitos a novas imposições ministeriais ao nível da educação, consequência do encerramento de várias escolas, e da implementação de novos modelos de gestão educativa. Implementou-se o enriquecimento curricular, o fornecimento generalizado de refeições, adaptações e reconstrução das escolas de acolhimento, o reforço da rede de transportes escolares, reequipamento em material didáctico, etc.

Saliente-se também que ao nível das receitas, as transferências efectuadas pelo Estado para a Autarquia não sofreram qualquer aumento face ao ano de 2005, agravando a estagnação que já subsiste desde 2004.

Para além disso, a Câmara Municipal deparou-se com um acréscimo de custos diversos, associados à inevitável taxa de inflação e ao índice de preços, inerentes aos diversos fornecimentos, bem como, às actualizações salariais impostas por lei, e o acréscimo em 30% dos encargos com a CGA, entre outros.

As atribuições da Câmara Municipal aumentaram, e continuarão a aumentar, fruto de uma descentralização das responsabilidades do Estado para as Autarquias, no entanto, as contrapartidas financeiras não tem sido proporcionais.

Cada vez mais somos obrigados a suportar custos sociais, ambientais e educacionais elevados, muitas vezes ocultos, sem grande visibilidade prática no plano de acção do Município, contudo, é verdade que são custos, não nos permitindo libertar meios para a realização de outros projectos.

Mesmo assim, conscientes de que o equilíbrio e a sustentabilidade do espaço Concelhio, advém também de um crescimento harmonioso do espaço rural, adoptou-se uma política de cooperação e descentralização directa com as Instituições, principalmente com as Juntas de Freguesia, o que muito tem contribuído para fortalecer a coesão social e territorial do Município.

1.1 Em Conclusão

Após análise dos elementos económicos e financeiros expressos nos documentos de Prestação de Contas, concluímos que o exercício de 2006 tem como notas mais relevantes a continuidade e consolidação de projectos e políticas operacionais definidas em anos anteriores e o estabelecimento de novos desafios que contribuirão para uma maior afirmação do Município.

Para o ano 2007 e seguintes, é necessário compreendermos que enfrentamos hoje uma nova realidade e novos desafios.

O elevado investimento em vários sectores infraestruturais; estradas e vias de comunicação, água e saneamento, electricidade, ambiente e equipamentos sociais, constituíram a primeira fase de um processo de crescimento estratégico, visando criar pressupostos para um verdadeiro desenvolvimento.

Estamos hoje inseridos numa sociedade global, em rápida e plena transformação, que exige resposta rápidas para uma relação equilibrada e dinâmica entre o nível económico e social.

Os serviços prestados pela Administração Pública, e mais concretamente pelas Autarquias, foram ao longo dos tempos institucionalizados como obrigações de carácter social, mesmo alguns que integravam bens de consumo como a água de abastecimento.

Com os anteriores quadros comunitários foi possível realizar alguns investimentos na área das infraestruturas e equipamentos, que ainda que parcialmente comparticipados, permitiram respeitar o preceito do benefício social sem obrigar a uma política vigorosa da recuperação e rentabilização do investimento, até porque muitas vezes a gestão era assumida directamente pelo Município.

Actualmente a realidade é completamente diferente, até pelos novos objectivos definidos no próximo QREN.

Neste contexto multiplicaram-se os serviços, praticamente gratuitos, reduziram-se as fontes de financiamento, aumentaram as atribuições das Autarquias, refinaram-se as exigências do cidadão relativamente à qualidade e nível dos serviços prestados, factores que implicam que os governantes, de forma responsável e consciente,

assumam a necessidade de implementar um novo modelo de gestão financeira que garanta a sustentabilidade do sistema, permitindo a manutenção e, se possível, o reforço da qualidade de vida e necessidade de realizar novos investimentos, ainda que prioritariamente orientados para a qualificação dos recursos Humanos, com especial incidência nas áreas da educação e formação.

O novo modelo, para que se constitua como uma sólida solução de gestão e administração, para além de integrar novos parceiros institucionais e privados, requer obrigatoriamente uma mais justa repartição de esforços e contributos de todos os beneficiários, por um espaço mais moderno, solidário e competitivo.

1.2 Enquadramento Macroeconómico

1.2.1 Internacional

A economia mundial manteve um crescimento considerável em 2006 pelo quarto ano consecutivo, liderado pelos Estados Unidos América e pelas grandes economias Asiáticas, sobretudo a China e a Índia. A União Europeia (UE) deverá ter registado a taxa de crescimento mais elevada desde 2000, impulsionada pelo reforço do investimento e pelo dinamismo das exportações, apesar do aumento dos preços do petróleo e da subida das taxas de juro.

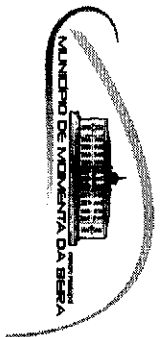
PIB (taxa de crescimento real, em %)	2004	2005	E 2006	P 2007	Estrutura (%)
ECONOMIAS AVANÇADAS, das quais:	3,20%	2,60%	3,10%	2,70%	52,30%
UNIAO EUROPEIA	2,10%	1,30%	1,90%	2,00%	14,80%
EUJA	3,90%	3,20%	3,40%	2,90%	20,10%
OUTRAS ECONOMIAS, das quais:					
CHINA	10,10%	10,20%	10,00%	10,00%	15,40%
INDIA	8,00%	8,50%	8,30%	7,30%	6,00%
AMÉRICA LATINA	5,70%	4,30%	4,80%	4,20%	7,40%
ECONOMIA MUNDIAL	5,30%	4,90%	5,10%	4,90%	100,00%

O crescimento da economia mundial tem sido impulsionado em larga medida pela forte expansão do comércio mundial, que após o abrandamento verificado em 2005, volta a perspectivar níveis de crescimento para 2006 e 2007, sendo particularmente pronunciado devido às economias asiáticas, China e Índia.

1.2.2 A Economia Portuguesa

A economia portuguesa deverá ter registado um crescimento de 1,4% face a 0,4% registado em 2005. Este crescimento assentou essencialmente no comportamento das exportações, em contraponto com a desaceleração do consumo privado e do abrandamento do investimento, em larga medida devido à forte quebra na componente de construção, num período marcado ainda pelos efeitos restritivos das medidas de contenção orçamental.

O crescimento das exportações assentou no acompanhamento do crescimento económico dos principais parceiros económicos, como no interessante desempenho para outros países fora da UE.



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

A recuperação da actividade económica reflectiu-se ainda na melhoria do mercado de trabalho, com sinais de retoma na criação de emprego e na travagem da subida da taxa de desemprego.

INDICADOR	2004	2005	E 2006	P 2007
PIB	1,2%	0,4%	1,4%	1,8%
Consumo Privado	2,4%	2,0%	1,0%	1,3%
Consumo Público	2,5%	1,8%	-0,2%	-1,3%
Investimento	0,9%	-2,9%	-2,6%	1,9%
Procura Interna	2,3%	0,8%	0,0%	0,9%
Exportações	4,5%	0,9%	8,6%	7,2%
Importações	6,8%	1,8%	2,8%	3,7%
Taxa de Inflação (ipc)	2,4%	2,3%	2,5%	2,1%
Emprego	0,1%	0,0%	0,9%	1,0%
Taxa de desemprego	6,7%	7,3%	7,3%	7,5%

As projecções disponíveis apontam para a manutenção da trajectória de recuperação da actividade iniciada em 2006, a qual assenta numa correcção progressiva da despesa, de modo a adequar os níveis de consumo privado e da despesa pública para níveis mais consentâneos. A evolução das exportações perspectiva algum abrandamento, em linha com a evolução da procura dos principais mercados de destino, pelo que a progressiva aceleração da actividade tem subjacente uma gradual recuperação da procura interna, sobretudo sensível ao nível do investimento, embora em níveis compatíveis.

No entanto, este cenário positivo, ainda não é suficiente para Portugal obter ganhos de competitividade face ao resto da zona euro.



2 ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 Execução Orçamental

A execução dos objectivos definidos no Orçamento e Opções do Plano para o ano 2006, registaram uma performance considerável na execução orçamental da Receita e Despesa.

Ao analisarmos a prestação de contas orçamental, constatamos que no ano 2006, as taxas de execução apresentam valores superiores, quando comparados com o ano anterior.

A taxa de execução global ascendeu a cerca de 72% quando comparada com o orçamento inicial, enquanto que no ano transacto foi próxima dos 60%. A taxa de execução da receita ascendeu a 72,53% e a despesa 71,87%.

Durante o ano 2006, o orçamento foi sujeito a revisões para inclusão de novas receitas e despesas. Ao analisarmos os níveis de execução comparativamente com o orçamento corrigido, constatamos que a taxa de execução global ascendeu a cerca de 70% enquanto que no ano anterior foi de 59 %, com um comportamento idêntico entre os valores de execução das receita 70,31% e da despesa 69,66%.

2.2 Orçamento Inicial

SINTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

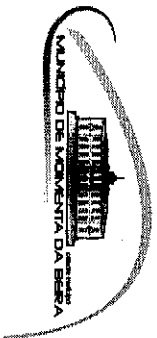
	ORÇAMENTO			
	INICIAL	EXECUÇÃO	SALDO	% EXE.
RECETA	14.329.150,00	10.393.605,46	-3.935.544,54	72,53%
DESPESA	14.329.150,00	10.298.506,58	-4.030.643,42	71,87%

Analisando os elementos referentes ao orçamento inicial, verifica-se que no ano 2006, o orçamento registou uma taxa de execução global 72%, com um comportamento idêntico entre os agregados das receitas (72,53%) e das despesas (71,87%), valores superiores à execução do ano 2005.

A execução das receitas correntes foi de 5.681.669,75 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 104,21 % face à previsão orçamental inicial, constatando-se assim uma boa performance na cobrança de receita corrente.

A execução da receita de capital foi inferior à receita corrente tendo-se cobrado 4.711.559,32 €, o que representa uma taxa de execução de 53,08%. Apesar de se verificar uma taxa de execução inferior à prevista, é de salientar a sua evolução relativamente ao ano 2005, que foi de 38,19%, ou seja 3.458.637,58 €.

RECEITA	ORÇADA	COBRADA	SALDO	% EXE.
Corrente	5.452.225,00	5.681.669,75	229.444,75	104,21%
Capital	8.876.925,00	4.711.559,32	-4.165.365,68	53,08%
Outras		376,39	376,39	100,00%
TOTAL	14.329.150,00	10.393.605,46	-3.935.920,93	72,53%



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

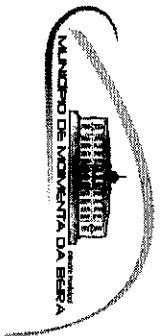
Quanto à execução do orçamento da despesa, verificamos que este apresenta um desempenho idêntico ao orçamento da receita.

A despesa corrente, totalizou 4.555.410,47 €, tendo atingido uma execução de 84,61%, manifestando-se deste modo uma salutar prática de contenção e rigor.

A despesa de capital, apesar de apresentar uma taxa de realização inferior relativamente à despesa global, ou seja de 64,20%, constata-se que é superior à despesa corrente em 1.187.685,64 €, constituindo-se como uma interessante poupança corrente.

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	SALDO	% EXE.
Corrente	5.383.700,00	4.555.410,47	-828.289,53	84,61%
Capital	8.945.450,00	5.743.096,11	-3.202.353,89	64,20%
TOTAL	14.329.150,00	10.298.506,58	-4.030.643,42	71,87%





MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

2.3 Orçamento Corrigido

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORÇAMENTO		EXECUÇÃO		SALDO		% EXE.
RECEITA	CORRIGIDO					
	14.783.322,43	10.393.605,46	-4.389.716,97	70,31%		
DESPESA	14.783.322,43	10.298.506,58	-4.484.815,85	69,66%		

Considerando as revisões orçamentais ocorridas no decurso do ano 2006, com o objectivo de integrar receitas e despesas, verificamos que as taxas de execução apresentam uma ligeira redução em cerca de 2% face ao orçamento inicial, situando-se a execução global nos 70%, com um comportamento idêntico entre as receitas 70,31% e as despesas 69,66%.

RECEITA	ORÇADA	COBRADA	SALDO	% EXE.
Corrente	5.452.225,00	5.681.669,75	229.444,75	104,21%
Capital	9.331.097,43	4.711.559,32	-4.619.538,11	50,49%
Outras				
TOTAL	14.783.322,43	10.393.229,07	-4.390.093,36	70,30%

Ao nível da execução da receita verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho razoável, superior aos anos anteriores. Não houve alteração na execução da receita corrente dado que o valor orçamentado não sofreu qualquer correcção face aos valores do orçamento inicial.

A execução da receita de capital registou um menor desempenho em cerca de 2,5%, quando comparada com o orçamento inicial devido ao aumento do valor do orçamento corrigido.

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	SALDO	% EXE.
Corrente	5.968.908,17	4.555.410,47	-1.413.497,70	76,32%
Capital	8.814.414,26	5.743.096,11	-3.071.318,15	65,16%
TOTAL	14.783.322,43	10.298.506,58	-4.484.815,85	69,66%

Ao nível da execução da despesa, face ao orçamento corrigido, verifica-se que esta registou uma redução de 7,5% na despesa corrente. Por sua vez a despesa de capital teve um acréscimo de aproximadamente 1%.

O valor da despesa corrente, no montante de 4.555.410,47 €, foi inferior em 1.187.685,64 € relativamente à despesa de capital. Saliente-se que o valor orçamentado foi de 5.968.908,17 €, constatando-se assim, que o valor executado foi inferior ao inicialmente previsto em 1.413.497,70 €.

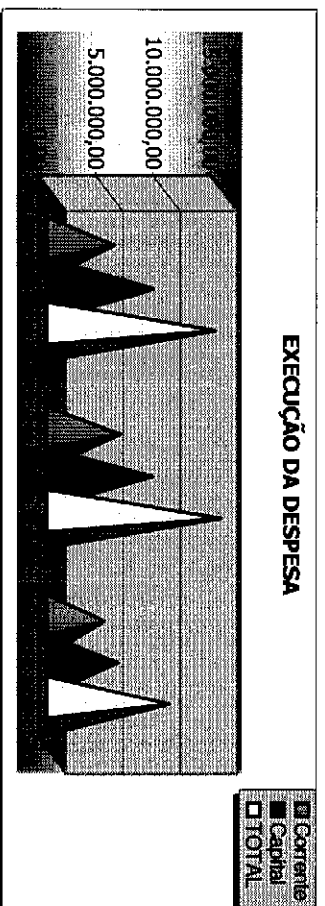


2.4 Síntese

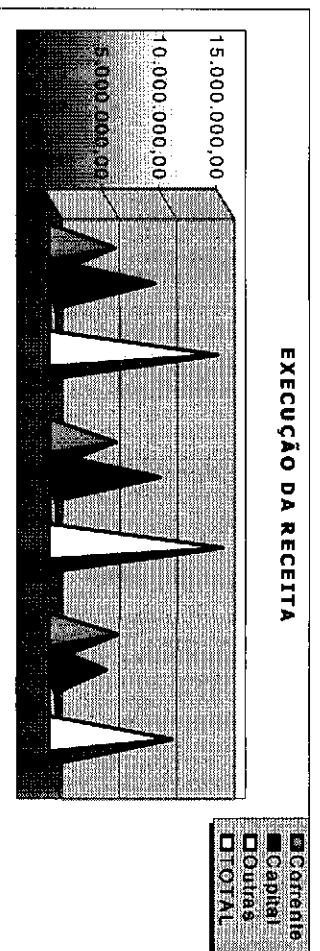
Resumidamente, em relação ao apuramento dos valores orçamentados e executados, destacam-se os seguintes factos;

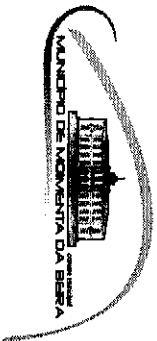
- O acréscimo significativo da taxa de execução comparativamente com o ano transacto. A taxa de execução em 2005 foi de 58% enquanto que em 2006 foi de 70%;
- Verifica-se o bom desempenho ao nível da arrecadação da receita corrente, em que a mesma superou o valor orçamentado;
- Não obstante a taxa de execução da receita de capital ser de 50,49%, claramente inferior à orçamentada, verifica-se comparativamente a 2005 uma evolução positiva de 1.252.921,74 €;
- Quanto à despesa corrente, constata-se que a execução foi inferior ao orçamento em 1.413.497,70 €.

DESPESA	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO	
	INICIAL	CORRIGIDO		
Corrente	5.452.225,00	5.968.908,17	4.555.410,47	
Capital	8.876.925,00	8.814.414,26	5.743.096,11	
TOTAL	14.329.150,00	14.783.322,43	10.298.506,58	



RECEITA	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO	
	INICIAL	CORRIGIDO		
Corrente	5.452.225,00	5.452.225,00	5.681.669,75	
Capital	8.876.925,00	9.331.097,43	4.711.559,32	
Outras	0,00	0,00	376,39	
TOTAL	14.329.150,00	14.783.322,43	10.393.605,46	





MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

Face à anterior exposição individual das receitas e despesas, destaca-se que a execução orçamental realizada, traduz efectivamente os fluxos financeiros registados ao longo do ano, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa. Contudo, a informação possível e resultante da contabilidade patrimonial resultante da implementação do POCAI, fornece dados adicionais à contabilidade orçamental que poderão ser analisados e deverão ser englobados nas contas orçamentais, dado que a contabilidade patrimonial espelha valores do activo, bem como do passivo, referente a investimentos e aquisições liquidados ou não, enquanto que a contabilidade orçamental apenas demonstra a execução resultante dos investimentos e aquisições liquidadas.



3 ANÁLISE FINANCEIRA

3.1 Balanço

O Balanço disponibiliza a posição do Município num dado momento, 31 de Dezembro de 2006, expondo os valores do activo, passivo e fundos próprios.

Da análise do balanço de 2006, constatamos que o activo líquido do Município em 31 Dezembro de 2006 é de (43.864.554,43 €). Saliente-se que o activo do Município é bem superior, dado que não contempla vários equipamentos e infraestruturas quer do domínio público quer do domínio privado, como vias de comunicação, redes de água e saneamento, edifícios, etc.

Do valor total do activo registado contabilisticamente, parte significativa corresponde a imobilizado corpóreo, onde os terrenos e recursos naturais, equipamento básico, equipamento de transporte, administrativo e imobilizações em curso totalizam (21.033.056,68 €), representando mais de 48 % do activo líquido. Bens de domínio público e investimentos financeiros complementam os activos mais relevantes do presente balanço, totalizando respectivamente (21.683.161,14 € e 422.279,75 €) e representam cerca de 50% do activo líquido.

Do lado do passivo, verificamos que o mesmo é composto essencialmente pelas dívidas às instituições de crédito (5.364.241,98 €), e dívidas a fornecedores de imobilizado e outros, resultantes da contratação de empreitadas, fornecimentos, subsídios e indemnizações atribuídos.

O valor total dos compromissos inclui também os montantes assumidos com Instituições e Associações bem como fornecedores de bens essencialmente sociais cuja a sua actividade está directamente relacionada com atribuições sociais da Autarquia.

Assim, através do quadro seguinte, é possível visualizar de forma desagregada a evolução dos compromissos nos últimos dois anos, bem como a sua distribuição por entidades:

Anos	Terceiros				
	Associações / Juntas	Fornecedores de Imobilizado / Empreiteiros	Fornecedores	Fornecedores de Serviços Sociais	SOMA
2006	158.803,45 €	2.280.529,26 €	746.517,01 €	1.176.881,70 €	4.362.731,42 €
2005	294.547,86 €	2.473.405,49 €	619.405,63 €	959.212,51 €	4.346.571,49 €
A	-135.744,41 €	-192.876,23 €	127.111,38 €	217.669,19 €	16.159,93 €

3.2 Demonstração de Resultados

A informação resultante da Demonstração de Resultados, menciona os valores contabilizados como custos e perdas bem como proveitos e ganhos, realizados durante o exercício do ano 2006.

Os dados referentes ao exercício de 2006 demonstram que os proveitos totalizaram 8.133.497,51 €. Este montante resultou essencialmente de transferências e subsídios obtidos, impostos e taxas, da venda de produtos e prestações de serviços.

Em relação aos custos e perdas, os montantes mais relevantes estão relacionados com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, transferências e subsídios concedidos, depreciações do imobilizado, custos financeiros e custos extraordinários totalizando o total de custos (6.058.838,76 €).

Verifica-se assim, que existe uma diferença favorável entre o total de proveitos e o total de custos denominado resultado líquido do exercício no ano 2006, no valor de (2.074.658,75 €) que poderá ser interpretado como o "lucro" gerado pelo Município no ano 2006. Saliente-se que no ano 2005 o resultado líquido do exercício foi de 1.409.010,72 €.

Análise sucinta às principais rubricas de Proveitos e Ganhos:

3.2.1 PROVEITOS

PROVEITOS E GANHOS	2006	2005	Var. Valor	Var. %
Vendas e Prestações de Serviços	779.320,19 €	744.493,65 €	34.826,54 €	5%
Impostos e Taxas	986.908,89 €	813.236,96 €	173.671,93 €	21%
Proveitos Suplementares	- €	- €	- €	0%
Transferências e Subs. Obtidos	6.022.135,45 €	5.989.221,40 €	32.914,05 €	1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.091,10 €	2.443,53 €	352,43 €	-14%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	343.041,88 €	479.658,21 €	136.616,33 €	-28%
TOTAL	8.133.497,51 €	8.029.053,75 €	104.443,76 €	1%

Na rubrica de **Vendas e Prestações de Serviços** estão contabilizados essencialmente as receitas provenientes da venda de água, aluguer de contador, a tarifa de resíduos sólidos urbanos, bilheteira de cinema e piscina, e rendas de imóveis. Face ao ano de 2005, verifica-se que a receita efectivamente realizada foi superior em 34.826,54 € correspondendo a um acréscimo de 5%.

Na Rubrica de **Impostos e Taxas** estão contabilizadas as receitas resultantes de IMI- Imposto Municipal de Imóveis, IMT- Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis, IMV- Imposto Municipal sobre Veículos, e outras Licenças e Taxas. Constatase que no ano 2006 totalizaram 986.908,89 € e verifica-se um acréscimo face ao ano de 2005 de 173.671,93 € correspondendo a um aumento de 21%.

As **Transferências e Subsídios Recebidos**, contemplam os montantes recebidos da Administração Central e de outros Organismos. Verifica-se que no ano 2006 o valor das

receitas foi superior ao ano transacto em 32.914,05 €, verificando-se assim um acréscimo de 1% face ao ano de 2005. Saliente-se que os valores dos fundos recebidos directamente do Estado não foram aumentados em relação ao ano 2005.

Na rubrica de **Proveitos e Ganhos Extraordinários** são considerados basicamente a imputação dos subsídios inerente à comparticipação de obras face à respectiva amortização anual dos imóveis, assim como proveitos resultantes da alienação de imobilizado. Verifica-se que no ano 2006 houve um decréscimo de 136.616,33 € equivalentes a 28%, face ao período homólogo do ano 2005.

3.2.2 CUSTOS

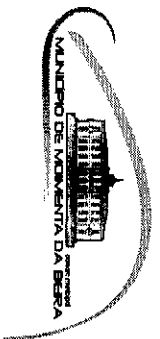
CUSTOS E PERDAS	2006	2005	Var. Valor	Var. %
Custos com o Pessoal:	2.250.406,18 €	2.129.523,74 €	120.882,44 €	6%
Remunerações	1.940.734,97 €	1.891.244,98 €	49.489,99 €	3%
Encargos Sociais	309.671,21 €	238.278,76 €	71.392,45 €	30%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.102.415,53 €	2.607.081,20 €	- 504.665,67 €	-19%
Transfer. e Subs. Cor. Conc. e Prestações Sociais	710.563,24 €	673.930,48 €	36.632,76 €	5%
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.267,92 €	14.122,63 €	- 6.854,71 €	-49%
Custos e Perdas Financeiras	175.049,92 €	149.671,67 €	25.378,25 €	17%
Custos e Perdas Extraordinários	233.542,97 €	442.264,67 €	- 208.721,70 €	-47%
TOTAL	5.479.245,76 €	6.016.594,39 €	- 537.348,63 €	-9%

A rubrica de **Custos Com Pessoal**, totalizou no ano 2006, 2.250.406,18 €, sofrendo um acréscimo de 6% face ao ano anterior. Constatase que houve um acréscimo de 2,6 % no valor das remunerações resultante essencialmente do aumento salarial legal, assim como da reestruturação e promoção de carreiras. Ao nível dos encargos sociais constata-se que o aumento de 30% é explicado basicamente pelo aumento dos encargos sobre as remunerações (Caixa Geral de Aposentações) que aumentou 30% fruto de imposição legal.

Fornecimentos e Serviços Externos, estão contabilizados nesta rubrica os custos com energia eléctrica, transportes escolares, combustíveis, recolha e tratamento de resíduos, comunicações, seguros, trabalhos especializados, despesas de conservação e reparação e outros.

No ano 2006 verifica-se uma redução nesta rubrica de 504.665,67 €, ou seja -19%. Os montantes mais significativos estão relacionados com transportes escolares (233.279,48 €), de conservação e reparação (556.553,75 €), electricidade (328.691,58 €), resíduos sólidos (153.881,48 €), trabalhos especializados (216.407,05 €), combustíveis (73.056,00 €), encargos de cobrança (54.264,64 €), outros.

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, são contabilizados nesta rubrica as transferências feitas pela Câmara Municipal a várias entidades e instituições. No ano 2006 o valor das transferências ascendeu a 710.563,24 €.



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

As principais entidades beneficiadas foram:

ENTIDADES	2006	2005	Var. Valor	Var. %
Administrações Públicas "Escolas, Agrupamento vertical, Associações de Pais, etc"	97.265,84 €	125.475,70 € -	28.209,86 €	-22%
Juntas de Freguesia	199.255,89 €	195.201,93 €	4.053,96 €	2%
Outros	3.750,00 €	2.250,00 €	1.500,00 €	67%
Instituições Particulares "Associações, Inst. s/ fins lucrativos + famílias"	410.291,51 €	351.002,85 €	59.288,66 €	17%
TOTAL	710.563,24 €	673.930,48 €	36.632,76 €	5%

Custos e Perdas Financeiras, os valores em causa, são referentes a juros inerentes a empréstimos bancários e outros custos e comissões bancárias.

Custos e Perdas Extraordinárias, inclui as transferências de Capital concedidas a várias entidades. Nesta rubrica verifica-se um decréscimo em relação ao ano anterior de 55% representando esse decréscimo 232.280,35 €.

As principais entidades foram:

ENTIDADES	2006	2005	Var. Valor	Var. %
Juntas de Freguesia	67.875,79 €	102.344,55 € -	34.468,76 €	-34%
Associações de Municípios	76.734,46 €	180.979,85 € -	104.245,39 €	-58%
Outras	- €	4.991,20 € -	4.991,20 €	-100%
Instituições Particulares	43.475,00 €	132.050,00 € -	88.575,00 €	-67%
Empresas - Outras	- €	- €	- €	0%
TOTAL	188.085,25 €	420.365,60 € -	232.280,35 €	-55%

4 Aplicação de Resultados

Face aos resultados obtidos no exercício de 2006, em que apresenta um resultado líquido positivo de 2.074.658,75 €, propõe-se à digníssima Câmara Municipal e Assembleia Municipal que o mesmo seja aplicado sob a forma de resultados transitados no valor de 1.970.925,81 € e de reservas legais no valor de 103.732,94 €.

